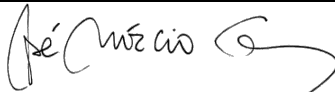




Proposição: PLEI - PROJETO DE LEI
Número: 000076/2026

OBJETO DE DELIBERAÇÃO ÀS COMISSÕES TÉCNICAS
Em: 10/02/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Altera à Lei Municipal 14.791 de 03 de janeiro de 2024 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Juiz de Fora aprova:

Art. 1º A Lei Municipal 14.791 de 03 de janeiro de 2024, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 16-A. Fica autorizado o uso de película de controle solar (insulfilm) nos veículos utilizados para o serviço de transporte escolar, desde que a transparência da película seja, igual ou superior a 50% (cinquenta por cento).

§1º A película poderá ser instalada nas áreas envidraçadas traseira e lateral do veículo, conforme normatização do CONTRAN, sendo vedado a instalação nas áreas envidraçadas dianteiras.

§2º A comprovação do percentual de transparência da película deverá ser realizada mediante a apresentação de laudo técnico, emitido por profissional legalmente habilitado, atestando o índice de visibilidade da película aplicada, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo da fiscalização pelo Poder Público.

§3º O descumprimento das condições previstas neste artigo implicará em sanções administrativas cabíveis, previstas na legislação municipal."

"Art. 25-A. A vistoria semestral obrigatória dos veículos que realizam transporte escolar poderá ser realizada por engenheiros autônomos devidamente habilitados, observando-se os seguintes requisitos:

I - A vistoria será realizada conforme as disposições do artigo 136 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), portaria DETRAN/MG nº 1498/2019, Resolução CONTRAN nº 922/2022, Resolução CONFEA nº 458/2001, e Lei Federal nº 5.194/1966;

II - O profissional responsável pela vistoria deverá emitir Laudo Técnico com dados de identificação do proprietário e do veículo, contendo checklist detalhado e registro fotográfico do veículo (mínimo de quatro fotos externas, incluindo frente, traseira, laterais e parte inferior), acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo CREA;

III - A vistoria deverá contemplar filmagem externa do veículo (frente, traseira, laterais e parte inferior), que deverá ser arquivada pelo prazo mínimo de seis meses e apresentada à Secretaria de Mobilidade Urbana quando solicitada;



IV - A vistoria deve ocorrer em local apropriado com infraestrutura adequada, como vala, rampa ou elevador para veículos pequenos;

V - A vistoria somente poderá ser realizada em veículos classificados no CRLV como transporte escolar."

"Art. 44-A. No âmbito do Município de Juiz de Fora, o transporte escolar será regulado exclusivamente por esta Lei e por seus regulamentos, bem como por normas municipais complementares editadas após a sua vigência, sem prejuízo da legislação federal e estadual aplicável."

Art. 2º. A Lei Municipal 14.791 de 03 de janeiro de 2024, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 11. Além do cadastro mencionado no art. 8, deverão ser observados os seguintes procedimentos regulares:

I - renovação do cadastro dos autorizatários, motoristas e monitores no mês de julho de cada ano, com apresentação da relação dos documentos exigidos;

II - recadastramento dos autorizatários e motoristas no mês de janeiro de cada ano."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barbosa Lima, 10 de fevereiro de 2026.

Carlos Alberto de Mello
Vereador Sargento Mello Casal - PL

